

## **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**

**Celebrada entre**

**O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL – SINDESV/DF, INSCRITO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO SOB O Nº 24.000.0001.499/86, QUE TEM COMO PRESIDENTE O SENHOR JERVALINO RODRIGUES BISPO, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 240.779.861-87**

e

**O SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA, SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, CURSOS DE FORMAÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES NO DISTRITO FEDERAL – SINDESP/DF, INSCRITO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO SOB O Nº 46000.012174/99, QUE TEM COMO PRESIDENTE O SENHOR VICTOR JOÃO CÚGOLA, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 135.881.686-72.**

**relativa às cláusulas econômicas e sociais, cujas condições são as seguintes:**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **SALÁRIOS**

- a) A partir de 1º/05/08, a todo vigilante fixo ou móvel (com ou sem veículo) fica garantido Salário Normativo Mínimo de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais);
- b) Para os Vigilantes que trabalham no Banco do Brasil, através de contratos terceirizados, a partir de 1º/05/08, fica garantido o Salário Normativo mínimo, R\$ 1.446,76 (um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais, setenta e seis centavos);
- c) Para os vigilantes que desempenham a função de Bombeiros/Brigadista contra Incêndios, a partir de 1º/05/08, fica garantido o Salário Normativo mínimo de R\$ 1.446,76 (um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais, setenta e seis centavos);
- d) Para os Vigilantes que trabalham no Banco Central, através de contratos terceirizados, a partir de 1º/05/08, fica garantido o Salário Normativo mínimo, R\$ 2.108,06 (dois mil, cento e oito reais, e seis centavos);
- e) Para os serviços de segurança de eventos será garantida a diária mínima de R\$ 58,92 (cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), somente para os casos de profissionais que não recebam os pisos acima transcritos, mensalmente;
- f) Para os serviços de Bombeiro/Brigadista/salva vida de eventos será garantida a diária mínima de R\$ 70,70 (setenta reais, setenta centavos), somente para os casos de profissionais que não recebam os pisos acima transcritos, mensalmente;
- g) Para o Agente de Segurança Pessoal o salário será de R\$ 1.885,36 (um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, trinta e seis centavos);

h) Para os empregados que laboram na fiscalização de outros vigilantes nas frentes de serviço, fixa ou móvel (com ou sem veículo), o salário será de R\$ 1.295,38 (um mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos), não importando a nomenclatura usada na CTPS, sendo que este também será o salário desta função na administração;

i) Para os empregados que laboram na fiscalização dos brigadistas, o salário será 20% (vinte por cento) superior ao dos profissionais descritos na letra “c”;

j) Para os vigilantes que laboram motorizados durante todo o dia o piso salarial será 10% (dez por cento) superior ao piso fixado na letra “a”.

#### Parágrafo Primeiro

A todos componentes da Categoria Profissional, fica garantido, a partir de 1º de maio de 2.008, o reajuste salarial de 6,88% (seis ponto oitenta e oito por cento), que deverá incidir sobre o salário vigente em 30.04.2007, ressalvados os possíveis adiantamentos, que poderão ser compensados.

#### Parágrafo Segundo

Fica garantido que nos novos processos licitatórios, os órgãos que atualmente fixam salários superiores ao previsto nas letras “g” e “h” devem ser mantidos, por serem mais benéficos para os empregados.

#### Parágrafo Terceiro

No caso da prestação de serviço descrita na alínea “e” e “f”, uma via do contrato de prestação de serviço para o evento, juntamente com a listagem dos seguradoras que irão prestar serviço no mesmo, devem ser enviados ao Sindicato Laboral, para que esse emita certidão de regularidade da empresa, além das já exigidas nas legislações de regência e nesta convenção.

#### Parágrafo Quarto

As diferenças referentes aos salários do mês de maio serão pagas juntamente com o salário do mês de junho.

#### Parágrafo Quinto

Os vigilantes que laboram na parte interna e externa do Banco Central, quando das novas licitações, estarão submetidas ao piso previsto na letra “d”.

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder aos seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados, tíquete para refeição ou pagamento em dinheiro, no valor de R\$ 9,55 (nove reais e cinquenta e cinco centavos), por dia trabalhado. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

#### Parágrafo primeiro

Os tíquetes-alimentação serão fornecidos de uma única vez, no mesmo dia em que for efetuado o pagamento e as faltas justificadas não poderão ser objeto de desconto.

#### Parágrafo Segundo

Comprovada a doença do empregado por meio de atestado médico, fica proibido o desconto do tíquete-alimentação correspondente aos dias de sua falta.

Parágrafo Terceiro

Em caso de atraso na entrega dos tíquetes alimentação a empresa fica obrigada a pagar em dobro os valores.

Parágrafo Quarto

As empresas optarão por fornecer tíquetes-alimentação de empresa fornecedora com ilibada reputação no mercado.

Parágrafo Quinto

Será devido o auxílio alimentação, no valor previsto no *caput*, para os profissionais descritos nas letras “e” e “f” da cláusula primeira, exceto nos casos em que é fornecida a alimentação.

Parágrafo Sexto

As diferenças do auxílio alimentação do mês de maio e junho serão quitadas junto com a entrega dos benefícios do mês de julho.

CLÁUSULA TERCEIRA

CURSO DE RECICLAGEM

Fica o empregado obrigado à reciclagem prevista em Lei e, no caso de dois ou mais empregos, a fornecer cópia da comprovação de reciclagem a todos os empregadores.

Parágrafo Primeiro

É vedada a cobrança por parte da empresa de cursos de reciclagem.

Parágrafo Segundo

O comparecimento e frequência ao curso de reciclagem de que trata a cláusula, não coincidirão com o horário de trabalho do Vigilante.

Parágrafo Terceiro

Fica assegurado ao vigilante, submetido ao curso de reciclagem, o direito de transporte e alimentação, como se trabalhando estivesse.

Parágrafo Quarto

No caso de mais de um emprego comprovado, o período de reciclagem, bem como o valor da mesma, será rateado entre as empresas empregadoras, devendo a declaração do curso ser entregue ao vigilante, no prazo de 10 dias após a empresa ter recebido o certificado da academia, sob pena de multa de 1.250 UFIR's, em prol do empregado.

CLÁUSULA QUARTA

HORÁRIO PARA ALIMENTAÇÃO

Será concedido ao Vigilante horário para alimentação, em conformidade com a conveniência e necessidade do serviço, por força da natureza de custódia e guarda da atividade.

Parágrafo Primeiro – Intervalo intrajornada

Fica o Vigilante desobrigado de promover a assinalação da folha de ponto ou registro do intervalo intrajornada, destinado à alimentação.

Parágrafo Segundo

Os vigilantes que prestam serviços em agências bancárias no período diurno terão a concessão do intervalo para refeição concedida entre as 11:00h da manhã e as 14:30h da tarde, sem que isso desnature a extensão do intervalo.

Parágrafo Terceiro

A concessão de horário para alimentação na forma desta cláusula, independente da extensão, não desnatura a jornada de trabalho da categoria doze por trinta e seis (12hx36h).

**CLÁUSULA QUINTA**

VALE - TRANSPORTE

As empresas fornecerão o vale-transporte aos empregados, ou então o dinheiro a este correspondente, sendo que, pago em espécie, será como reembolso de parte das despesas decorrentes de deslocamentos do empregado em razão do serviço, conforme previsto em lei, em uma única vez.

Parágrafo Primeiro

Descontos e não integração do valor em espécie aos salários. Mesmo quando a ajuda para os deslocamentos dos empregados se der em espécie, a empresa poderá deduzir o percentual legal, sendo que os valores recebidos pelo empregado não integrarão os salários, para quaisquer efeitos legais, porque se constituem em reembolso de despesas de deslocamentos e acessórios, indispensáveis à prestação dos serviços e não contraprestação (art. 458, parágrafo 2º da CLT), e também porque se destinam ao cumprimento da finalidade da lei a qual prevê a não integração, mas apenas ajuda do empregador para o empregado.

Parágrafo Segundo – Doença do empregado

Nos períodos de afastamento do empregado do serviço por qualquer motivo, por até 15 dias, este receberá a ajuda de condução ou vale-transporte correspondente aos dias de suas faltas. Para afastamento em períodos superiores a 15 dias, não será devido o benefício desta cláusula.

Parágrafo Terceiro

Nos casos dos profissionais descritos nas letras “e” e “f” da cláusula primeira será devido o valor referente ao deslocamento casa-local do evento-casa.

**CLÁUSULA SEXTA**

ESCALA DE 12hX36h - ADICIONAL NOTURNO

Na Escala de revezamento de 12hx36h, devido à natural compensação e do revezamento existente, não haverá distinção entre a hora noturna e a hora diurna, sendo que o adicional noturno sobre a hora normal terá os seguintes valores:

- a) Para o vigilante que ganha o Salário Normativo Mínimo o adicional noturno aplicado sobre a hora normal será R\$ 0,97 (noventa e sete centavos);
- b) Para os Vigilantes que trabalham no Banco do Brasil o adicional noturno aplicado sobre a hora normal será R\$ 1,30 (um real e trinta centavos);
- c) Para os Bombeiros/Brigadista contra Incêndios o adicional noturno aplicado sobre a hora normal será R\$ 1,30 (um real e trinta centavos);
- d) Para os Vigilantes que trabalham no Banco Central o adicional noturno aplicado sobre a hora normal será R\$ 1,91 (um real e noventa e um centavos).

Parágrafo Único - nos demais casos de labor noturno o adicional e o cálculo da hora serão de acordo com o art. 73 da CLT.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**SEGURO DE VIDA**

As empresas se obrigam a fazer seguro de vida em grupo para todos os empregados, para cobertura das seguintes condições e nos seguintes valores:

- a) Morte natural ou acidental, decorrentes ou não do trabalho, no valor segurado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- b) Invalidez, que acarrete em aposentadoria, por acidente de qualquer natureza, ocorrida ou não no horário de trabalho no valor segurado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- c) Invalidez parcial por acidente será paga de acordo com a tabela da SUSEP, com valor segurado de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- d) Auxílio funeral no valor de R\$ 2.000,00.

**Parágrafo Primeiro**

É de 10 (dez) dias o prazo para a inclusão do empregado novinho como beneficiário do seguro, a contar da formação do vínculo laboral.

**Parágrafo Segundo**

Comprovado pela empresa, através da entrega da apólice ao empregado, que o seguro foi feito nos termos do caput, não é cabível qualquer demanda contra a mesma, devendo o empregado que não recebeu o valor corretamente acionar a seguradora em juízo.

**Parágrafo Terceiro**

O SINDESV assume o compromisso de não patrocinar ou dar qualquer assistência, em qualquer demanda, judicial ou administrativa, objetivando receber o valor do seguro diretamente da empresa, quando essa apresentar a apólice, uma vez que expressamente reconhece e afirma a conveniência da cláusula e a considera de interesse dos Vigilantes, conforme decidido em Assembléia Geral da Categoria.

**Parágrafo Quarto**

A indenização decorrente de invalidez por doença será de responsabilidade do SINDESV/DF, conforme prevista na Cláusula Quadragésima sétima.

**CLÁUSULA OITAVA**

**FUNDO SOCIAL E ODONTOLÓGICA**

Fica convencionado que as empresas para fins de custeio assistencial e odontológico aos seus empregados repassará o valor de R\$ 5,00 (cinco reais), mensalmente, para o Sindicato Laboral por cada empregado contratado, a ser pago até o 10º dia do mês subsequente.

**CLÁUSULA NONA**

**DIREITO DOS MEMBROS DO SINDICATO**

Aos 15 (quinze) membros eleitos da Diretoria do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal, regularmente eleitos, será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem respectiva prestação de serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**SALÁRIO MÍNIMO DO VIGILANTE**

Os vigilantes, assim considerados aqueles que preenchem os requisitos da Lei nº 7.102/83, não poderão receber salário inferior ao piso aqui estipulado, independentemente do local aonde presta serviço e do seu empregador.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**CONVÊNIOS**

Os convênios assinados pelo sindicato laboral, em relação aos quais os empregados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requer desconto nos recibos de pagamento, esses valores serão descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e a empresa fique de posse do documento que conste a sua adesão ao convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**  
**JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho dos Vigilantes armados, desarmados, Bombeiros e Fiscais será de 12hX36h (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso), nas seguintes hipóteses:

- a) Nos postos de serviço contratados e que venham a ser contratados, 720 (setecentos e vinte) horas/mês, 24 (vinte e quatro) horas por 30 (trinta) dias;
- b) Nos postos de serviços contratados e que venham a ser contratados, noturnos de 360 (trezentos e sessenta) horas/mês, 12 (doze) horas por 30 (trinta) dias;
- c) Nos postos de serviços contratados e que venham a ser contratados, diurnos, de 360 (trezentos e sessenta) horas/mês, 12 (doze) horas por 30 (trinta) dias;
- d) Nos postos de serviços contratados e que venham a ser contratados, apenas diurnos, de 12 (doze) horas, de segunda a sexta-feira, com folgas aos sábados, domingos e feriados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**  
**JORNADA DE TRABALHO 12hX36h – ADICIONAL DE HORAS EXTRAS**

O vigilante que labora na escala de 12hx36h, quando tiver, por motivo excepcional, que trabalhar 12 horas consecutivas, após já ter laborado 12 horas do seu plantão de escala, terá direito a perceber, em relação a essas 12 horas extras, o adicional de 100%. Parágrafo Único – somente no labor descrito no caput desta cláusula será devido o adicional supracitado, sendo que nos demais casos de labor sobrejornada o adicional de horas extras será de 50%.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**  
**JORNADA DE TRABALHO**

Nas demais hipóteses, a jornada de trabalho será de acordo com a necessidade do serviço, respeitando-se o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Considerando as peculiaridades da atividade da segurança privada e vigilância, outorgada como complementar da segurança pública, e atendendo ao que foi decidido como melhor pelos empregados e pelos empregadores em suas respectivas assembleias gerais, os Sindicatos ora convenientes prevêm nos parágrafos desta Cláusula as condições relativas à jornada de trabalho e aos intervalos na atividade.

##### HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Os empregados que trabalham na jornada de trabalho de 12hX36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso) não farão jus a horas extraordinárias em razão da natural compensação, inclusive do intervalo para refeição, face à inexistência de trabalho nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

##### Parágrafo Primeiro

O SINDESV assume o compromisso de não patrocinar ou dar qualquer assistência, em qualquer demanda, judicial ou administrativa, objetivando ao pagamento de horas extras, quando observada a jornada de serviço supramencionada, uma vez que expressamente reconhece e afirma a conveniência da cláusula e a considera de interesse dos Vigilantes, conforme decidido em Assembleia Geral da Categoria.

##### Parágrafo Segundo

Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

##### Parágrafo Terceiro

O pedido de pagamento de horas extras, em se tratando de jornada de trabalho de 12hX36h (doze horas de trabalho e trinta e seis de descanso) é nulo de pleno direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

##### ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora-extra será efetuado dividindo-se a remuneração por 220 (duzentos e vinte) horas acrescido do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

##### COMPROVANTES DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Ficam as Empresas obrigadas ao fornecimento de comprovante de pagamento de salários mensais, ou assemelhados, com especificação dos títulos e quantias pagas e descontadas, inclusive as quantias relativas ao depósito do FGTS, até o dia 21 de cada mês.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

##### ATESTADO DE AFASTAMENTO

As empresas serão obrigadas a fornecer ao empregado, no ato da homologação, o atestado de afastamento e salário.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA**  
**ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

Fica vedado às Empresas alterar a jornada de trabalho estabelecida, salvo quando solicitada formalmente pelo Empregado, necessidade do serviço, homologada pelo Sindicato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA**  
**REMUNERAÇÃO DE DOBRAS**

As dobras, assim entendidas duplicação de jornadas eventuais, serão remuneradas na proporção de 100% (cem por cento) do valor da hora normal.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**  
**CONTROLE DE REGISTROS DE EMPREGADOS**

Face à natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados e o Livro Intitulado "Inspeção do Trabalho" poderá ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfazer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA**  
**CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO**

Fica vedado ao empregador contratar Vigilantes nos postos de serviço de vigilância, sem que esteja habilitado através do competente registro profissional em C.T.P.S., realizado pelo Órgão Competente, devendo este número constar no "crachá" e na ficha de registro do Empregado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**  
**ANOTAÇÃO EM C.T.P.S.**

Fica vedado ao empregador o uso de Carteira de Trabalho e Previdência Social para anotações relativas a afastamentos para tratamento em qualquer caso.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA**  
**EMPREGADO SUBSTITUTO: SALÁRIO**

O salário do empregado substituto será igual ao do substituído.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA**  
**EMPREGADOS ESTUDANTES**

Serão abonadas as faltas dos empregados estudantes para prestação de exame, desde que a Empresa seja notificada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA**  
**COMPARECIMENTO À JUSTIÇA: ABONO**

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento na Justiça, seja como testemunha ou reclamante, desde que apresente à Empresa a notificação 48 (quarenta e oito) horas antes.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA**  
**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

As empresas se obrigam ao fornecimento, no ato da homologação das rescisões contratuais, de carta de apresentação aos empregados que não tenham sido dispensados por justa causa e para todos os casos o atestado de afastamento de salário.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA**  
**AVISO PRÉVIO: FORMA**

Concedido o aviso prévio, neste deverá constar, obrigatoriamente:

- a) sua forma (se deverá ser cumprido em casa ou trabalhando);
- b) a redução da jornada exigida em Lei, bem como o início e o fim da jornada;
- c) a data do pagamento das verbas rescisórias.

**Parágrafo Único** - Em caso de inobservância da cláusula anterior, fica subtendido que o aviso prévio deverá ser cumprido em casa, sem qualquer prejuízo ao empregado, e que o pagamento se dará conforme a legislação em vigor.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA**  
**PERÍODO DO AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio será de 40 (quarenta) dias para todo o empregado com idade superior a 50 (cinquenta) anos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA**  
**USO DO UNIFORME**

É de responsabilidade do Vigilante o uso indevido do uniforme, que não em serviço ou no transporte para o mesmo.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA**  
**SALÁRIO FAMÍLIA**

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (certidão de nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA**  
**ARMAMENTO**

As empresas se obrigam a realizar, semestralmente, a limpeza e revisão do armamento.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA**  
**NORMAS DISCIPLINARES**

Os Sindicatos assumem compromisso de elaborar, até o dia 30 (trinta) de abril de 2009, um conjunto de normas disciplinares para os vigilantes e fiscais, visando a normalizar seus comportamentos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA**  
**CONTRATO TEMPORÁRIO**

Fica acordada entre o Sindicato Patronal e Laboral a não inclusão do contrato temporário e trabalho parcial nas Empresas de Vigilância e Transportes de Valores na base territorial do Distrito Federal, salvo decisão conjunta e formalizada em ata entre os sindicatos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA**  
**RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS A ATIVIDADE**

Fica acordado, entre o Sindicato Patronal e o Sindicato Laboral, que os serviços de segurança/vigilância, bombeiro/brigadista e salva vidas somente podem ser prestados através de empresas de segurança privada autorizadas, e considerando-se recursos humanos necessários à atividade de segurança, na categoria de vigilância a comprovação por parte da empresa de que tem sob contrato de trabalho o número mínimo em lei de 30 (trinta) vigilantes a comprovação através do pagamento do salário, encargos e outras vantagens, que estiverem em Convenção Coletiva, respeitando o piso salarial da categoria.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA**  
**MEMBROS DA CIPA**

Será garantido emprego, por um ano, a todos os membros eleitos da CIPA.

**Parágrafo Primeiro**

As empresas comunicarão as eleições para composição de membros da CIPA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo**

Ficam asseguradas todas as inscrições feitas dentro do prazo legal, inclusive em relação aos empregados que foram indicados pelo Sindicato Laboral.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA**  
**HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES**

As rescisões de contrato de trabalho serão homologadas no Sindicato Laboral, a partir de 6 (seis) meses de contrato de trabalho.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA**  
**PAGAMENTO DE 13º. SALÁRIO**

O pagamento do 13º Salário (gratificação natalina) será efetuado, a um só tempo, até o dia 15 (quinze) de dezembro de 2008, na proporção a que fizer jus o empregado.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA**  
**PROMOÇÃO DOS VIGILANTES**

As empresas assumem o compromisso de priorizar ascensão funcional dos Vigilantes para a função de Fiscal, desde que atendam as exigências internas de cada empresa.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA  
INCENTIVO À CONTINUIDADE**

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato, contratarão os empregados da anterior, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão do contrato obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e não pagamento do aviso prévio, porque não caracteriza hipótese de despedida e muito menos arbitrária ou sem justa causa. A rescisão do contrato será por acordo, por ter ocorrido culpa recíproca das partes, em relação ao rompimento do contrato de trabalho (Decreto nº 99.684/90, Art. 9º, parágrafo 2º). Sendo esta formalizada perante a Comissão de Conciliação Prévia, devido a normas internas da Caixa Econômica Federal. Em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

**Parágrafo Primeiro**

Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado perante os dois sindicatos convenientes, por escrito, especificando os motivos, o empregado terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT.

**Parágrafo Segundo**

Os empregados que se enquadrem na hipótese prevista no caput desta cláusula terão direito à estabilidade de 6 (seis) meses.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA  
ELEIÇÃO DO DELEGADO SINDICAL**

Será garantidas a eleição com estabilidade do empregado em processo eleitoral realizado pelo SINDESV, de um Delegado Sindical para empresa com mais de 200 (duzentos) empregados.

**Parágrafo Único**

Fica garantida, de qualquer forma, a eleição de um Delegado, para as empresas que possuam menos de 50 (cinquenta) empregados.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA  
CURSO DE FORMAÇÃO**

As Empresas de Vigilância não cobrarão o pagamento de cursos de formação de seus empregados.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA  
LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO: CONDIÇÃO**

Os postos de serviço deverão possuir, necessariamente, local adequado para as refeições e armários para a guarda de uniformes, caso haja possibilidade física.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA**  
**FORNECIMENTO DE UNIFORME**

As empresas se obrigam a fornecer uniforme, gratuitamente, a todos os empregados sujeitos ao trabalho uniformizados.

**Parágrafo Primeiro**

Aos vigilantes, fiscais e demais empregados que sejam obrigados ao uso de uniformes, serão fornecidos mediante recibo em 02 (duas) vias, sendo uma entregue ao empregado, com 02 (dois) pares de meia, 01 (um) cinto, 02 (duas) camisas, 01 (um) par de sapatos, 02 (duas) calças, de 06 (seis) em 06 (seis) meses, e também 01 (uma) jaqueta, de 12 (doze) em 12 (doze) meses. Para os vigilantes que trabalham de terno e gravata serão fornecidos dois ternos e quatro camisas a cada 12 (doze) meses. Os empregados que trabalham ao ar livre receberão 1 (uma) capa de chuva a cada 12 (doze) meses.

**Parágrafo Segundo**

Aos brigadistas/bombeiros serão fornecidos os uniformes, conforme a legislação, renovados semestralmente.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA**  
**COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Fica mantida a Comissão Intersindical formada desde a Convenção Coletiva de Trabalho para o biênio de 2008/2009, conforme previsto na Lei nº 9958/2000.

**Parágrafo Único**

Fica vedada a criação de Comissão Conciliação Prévia por empresa.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA**  
**MENSALIDADES**

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados, em folha de pagamento, as mensalidades devidas ao Sindicato, mediante simples autorização do empregado, por escrito.

**Parágrafo Primeiro**

Para efeito de comprovação de que os descontos foram feitos corretamente, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINDESV, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, uma relação ordenada de todos os empregados atingidos pelo desconto, devendo constar ainda à função, salário e valor do desconto.

**Parágrafo Segundo**

O repasse de desconto para o SINDESV será feito, obrigatoriamente, até ao dia 15 (quinze) do mês subsequente.

**Parágrafo Terceiro**

Em caso de atraso, a empresa pagará multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total descontado.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA

##### FUNDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENE DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DECORRENTE DE DOENÇA POR QUALQUER NATUREZA

As empresas contribuirão com a quantia de R\$ 9,00 (nove reais) por cada empregado, associado ou não, mensalmente, até o dia 10 de cada mês subsequente ao pagamento de salário, para a formação de um fundo que será administrado pelo sindicato laboral.

##### Parágrafo Primeiro

Com a captação do fundo o sindicato será responsável pelo pagamento de uma indenização compensatória no valor de R\$ 20.000,00 a cada empregado das empresas de segurança e vigilância do Distrito que tiver decretado pela Previdência Social sua aposentadoria por invalidez decorrente de doença por qualquer natureza.

##### Parágrafo Segundo

Para fazer jus ao recebimento do benefício previsto no parágrafo anterior é suficiente o empregado apresentar ao sindicato laboral a certidão de concessão de aposentadoria emitida pelo INSS e prova de vínculo empregatício com a empresa no momento de sua aposentadoria.

##### Parágrafo Terceiro

As importâncias descontadas serão recolhidas no Banco do Brasil S/A, agência SCS, no prazo de 10 (dez) dias mediante guias próprias a serem fornecidas pelo SINDESV.

##### Parágrafo Quarto

Para efeito de comprovação de que os descontos foram efetuados corretamente, as empresas deverão remeter ao SINDESV até 20 (vinte) dias após a data prevista para o desconto, uma relação ordenada de todos os empregados atingidos pelo desconto, na qual consta função, salário e o valor da contribuição.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA

##### CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Conforme decisão da Assembléia Geral da Categoria Econômica fica estipulada a cobrança da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL a todas as Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores que operem ou vierem a operar no Distrito Federal, e que recolherão com recursos próprios ao SINDESP/DF - Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores no Distrito Federal, através de guias fornecidas, a importância relativa à R\$ 8,00 (oito reais) por vigilante. Estes pagamentos deverão ser efetuados em 4 (quatro) parcelas iguais e consecutivas, com vencimento até o dia 15 dos meses de julho, agosto, setembro e outubro do corrente ano, sendo que o pagamento pontual importará em desconto de 50%.

##### Parágrafo Único

Após vencido o prazo de pagamento, para resgate destes débitos, será acrescentado 2% (dois por cento) de multa ao mês e 0,22% (zero ponto vinte e dois por cento) de juros por dia de atraso.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA

##### CERTIDÃO

Ficam as empresas obrigadas a enviar para o SINDESV, até o 15º (décimo quinto) dia do mês

subseqüente aos respectivos vencimentos, as guias de recolhimento para o INSS (GPS) e Comprovante dos Depósitos referente ao FGTS - GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), bem como o comprovante de pagamento de salários, auxílio alimentação e transporte, através de vale-transporte ou fornecimento direito, feitura e pagamento do seguro de vida e demais contribuições convencionadas devidas ao sindicato laboral e patronal, oportunidade que será lavrada a CERTIDÃO de cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Primeiro

O não cumprimento dessa cláusula, obriga a empresa ao pagamento de uma multa de 2% (dois por cento) ao mês, sobre o valor das mesmas em benefício ao sindicato laboral.

Parágrafo Segundo

A recusa do recebimento por parte do Sindicato Laboral isenta as empresas do cumprimento dessa cláusula.

Parágrafo Terceiro

Fica o sindicato laboral expressamente proibido de dar publicidade as quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no caput acima, em favor do sindicato patronal.

Parágrafo Quarto

A comprovação dos itens relacionados no caput desta cláusula será feita até o dia 10 do mês subseqüente.

Parágrafo Quinto

A certidão terá validade de 30 dias.

## CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA

### LICENÇAS

Fica garantida a todo o empregado a ausência do serviço, sem prejuízo do salário, nas seguintes hipóteses:

- a) 03 (três) dias consecutivos em caso de falecimento do conjuge, ascendente ou descendente;
- b) 05 (cinco) dias em virtude de casamento;
- c) 05 (cinco) dias no decorrer da primeira semana de vida da criança, em caso de nascimento de filho, a título de licença paternidade.

## CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA

### ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Será garantida ao empregado estabilidade provisória conforme Lei vigente, na ocasião em que, afastado do serviço por acidente ou por doença de qualquer natureza e tenha recebido auxílio previdenciário por período igual ou superior 60 (sessenta) dias, voltar ao trabalho, desde que não ocorra falta injustificável.

## CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA SEGUNDA

### EMPREGADO DOENTE

É proibida a demissão de empregado doente e com situação comprovada por atestado médico.

**CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA**  
**HOMOLOGAÇÃO: DOCUMENTOS**

No ato da homologação a empresa apresentará, obrigatoriamente, os seguintes documentos, sem os quais não procederá a homologação:

- a) ficha financeira do empregado demitido;
- b) as 06 (seis) últimas fichas de frequência ou documento de controle de frequência;
- c) comprovante dos 06 (seis) últimos depósitos na conta vinculada do F.G.T.S.

**CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA QUARTA**  
**PROFISSIONALIZAÇÃO**

Ficam todos os fiscais, encarregados e supervisores obrigados a se submeterem ao Curso de Formação de Vigilante.

**CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA QUINTA**  
**MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.**

Fica estipulada uma multa de 0,2%(zero ponto dois por cento)por dia de atraso, no pagamento de verbas rescisórias, que não apresentadas dentro do prazo legal ao Sindicato Laboral, que se obriga a vistá-las, e no caso de erro, dar prazo de 48 horas para corrigi-la, sem multa.

**CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA SEXTA**  
**PLANO DE SAÚDE**

Fica estipulado que a partir das novas licitações e/ou novos contratos, contados a partir da assinatura desta CCT, será obrigatório por parte das empresas a cotação, em suas planilhas, do convênio saúde mensal no valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), por empregado a ser repassado para o SINDESV/DF, visando à assistência médico ambulatorial a ser por eles administrado e contratado, via convênios.

Parágrafo Primeiro - nos casos de substituição eventual, o empregado substituto não terá direito ao benefício aqui estipulado, somente tendo direito ao mesmo se esta substituição perdurar por mais de 6 (seis) meses.

Parágrafo Segundo – o benefício quando devido, de acordo com o previsto no *caput* e nos parágrafo anteriores, deverá ser recolhida, pela empresa, ao SINDESV/DF, até o 10º dia útil de cada mês subsequente.

Parágrafo Terceiro – os sindicatos signatários se comprometem a ingressarem em conjunto com impugnação aos editais que não prevejam a cotação do plano de saúde, visando assim a implantação e manutenção da presente cláusula..

Parágrafo Quarto – O complemento do plano de saúde será de responsabilidade do empregado.

**CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA SÉTIMA**  
**DO MATERIAL QUE A EMPRESA DEVERÁ DISPOR NOS POSTOS DE BRIGADA DE INCÊNDIO**

As empresas manterão nos postos de serviço de brigada de incêndio os materiais previstos nas normas do Corpo de Bombeiro do Distrito Federal.

**CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA**  
**DATA BASE E VIGÊNCIA**

O presente Instrumento Normativo terá vigência no período de 1º de maio de 2.008 a 30 de abril de 2009, com data base em 1º de maio.

**CLÁUSULA QÜINQUAGÉSIMA NONA**  
**FORO ELETIVO**

As partes elegem o foro de Brasília-DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da interpretação e cumprimento do presente Acordo, em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA**  
**DA ASSEMBLÉIA DO DIA 17 DE JUNHO DE 2008 DO SINDESV- PARA DELIBERAR SOBRE A GREVE**

Conforme acordado perante o Ministério Público do Trabalho somente sofrerão as sanções legais os empregados que compareceram à assembléia de 17 de Junho de 2008, marcada para as 19:00h, mas que não retornaram aos seus postos após a finalização da mesma.

Parágrafo único – Não serão penalizados os empregados que retornaram ao serviço e por conveniência ou opção da empresa não puderam assumir seus postos.

**CLÁUSULA – SEXAGÉSIMA PRIMEIRA**  
**ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO**

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) será organizado pelo SINDESP/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

Brasília (DF), 20 de junho de 2008.

**JERVALINO RODRIGUES BISPO**  
Presidente SINDESV

**VICTOR JOÃO CÚGOLA**  
Presidente SINDESP/DF